



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680910 - RR (2021/0223426-2)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : BRUNO RODRIGUES
ADVOGADO : BRUNO RODRIGUES - DF002042A
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA
PACIENTE : J Q DA S (PRESO)
CORRÉU : L DO N F
CORRÉU : G DOS S C
CORRÉU : R F G
CORRÉU : L A DE Q
CORRÉU : V Q DA S
CORRÉU : H S V
CORRÉU : J F DO N
CORRÉU : B DO N F
CORRÉU : S S P DE A
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de J Q DA S em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA (Revisão Criminal n. 9000102-86.2019.8.23.0000).

O paciente cumpre pena de 15 anos, 11 meses e 12 dias no regime inicial fechado como incurso nos arts. 213, c/c o art; 224, a, e 213, c/c o art. 224, a, por três vezes em continuidade delitiva.

No julgamento do HC n. 9001846-19.2019.8.23.0000, a Corte Estadual concedeu a ordem para determinar a prisão domiciliar do paciente pelo prazo de 3 meses, com monitoramento eletrônico, para tratamento médico psiquiátrico, em virtude dos elementos de prova que indicam risco de suicídio.

Após o trânsito em julgado do édito repressivo, a defesa ajuizou revisão criminal, que foi julgada improcedente.

Em razão do decurso do prazo previsto no HC n. 9001846-19.2019.8.23.0000, a Juíza da Vara de Execuções Penais da comarca de Boa Vista determinou a intimação do reeducando para se apresentar à unidade prisional devida, sob pena de expedição de mandado de prisão e reconhecimento de falta grave.

Em 2.12.2020, a Juíza da Vara de Execuções Penais ordenou a expedição de mandado de prisão contra o paciente, aplicando-lhe 30 dias de sanção disciplinar, designando audiência de justificação.

Contra tal decisão, foi impetrado o HC n. 9002282-41.2020.8.23.0000, cujo pedido liminar foi concedido para determinar a prisão do domiciliar do apenado, com monitoração eletrônica, devendo a Vara de Execuções Penais providenciar o agendamento de nova avaliação médica de sua saúde.

A magistrada singular determinou que o réu fosse submetido à perícia médica, marcada para o dia 26.7.2021.

Sob o argumento de que a togada estaria agindo com parcialidade, a defesa

opôs exceção de suspeição, ainda não apreciada.

Sustenta o impetrante que, embora o paciente tenha 73 anos de idade e cumpra pena em prisão domiciliar em razão de ser portador de doença grave, o Juízo de origem determinou que fosse submetido à exame para fins de análise de retorno ou não à prisão.

Aduz que o apenado está preso em regime fechado, mais gravoso do que o determinado no voto vencido da revisão criminal.

Afirma que teria ocorrido negativa de prestação jurisdicional no julgamento da revisional, uma vez que não houve apreciação do mérito, notadamente da almejada aplicação da continuidade delitiva para diversas vítimas.

Argumenta que a pretensão defensiva não demandaria o revolvimento de matéria fático-probatória.

Alega que estariam presentes os requisitos necessários ao reconhecimento da continuidade delitiva, consoante reconhecido no voto vencido proferido no julgamento da revisão criminal.

Considera que não haveria fundamentação idônea para a valoração negativa das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal.

Adverte que seria necessária a manutenção da prisão domiciliar do paciente até o julgamento do mérito desta impetração, uma vez que, além de idoso, possui comorbidades, integrando o grupo de risco da covid-19.

Requer, liminarmente, que o paciente permaneça em prisão domiciliar até o julgamento definitivo deste *mandamus*, determinando-se que o Tribunal de origem e o Juízo da Vara de Execuções Penais de Roraima abstenha-se de submetê-lo à perícia médica. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que a penas cominadas ao sentenciado sejam redimensionadas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado depreende-se que foram declinados os fundamentos para o indeferimento da revisional, consoante se extrai da seguinte passagem (fls. 98-110):

Consoante disposição do artigo 621 do CPP, a revisão criminal é medida que tem por objetivo a desconstituição de decreto judicial condenatório com trânsito em julgado. Vale dizer que se presta exclusivamente ao combate das decisões que impuseram a condenação ou que a tenham mantido, e, por consequência, substituído o anterior provimento condenatório de mérito.

No caso dos autos, após o decreto condenatório proferido pelo juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Boa Vista/RR, foi interposto recurso de apelação que restou parcialmente provido.

Em face do referido acórdão condenatório, foram opostos Embargos de Declaração, por duas vezes que foram rejeitados.

O Recurso Especial foi inadmitido pelo STJ. Também foram desprovidos os posteriores Agravo Regimental, Embargos de Declaração (por duas vezes). Opostos Embargos de Divergência, estes tiveram seu seguimento obstado. Interposto novo Agravo Regimental, este foi desprovido. Também foram opostos embargos de declaração e posteriormente interposto Recurso Extraordinário, ante a ocorrência

de ofensas constitucionais surgidas no âmbito do colendo STJ. O Recurso teve seu seguimento obstado, ante a sistemática da repercussão geral.

Esgotados os recursos no âmbito do colendo STJ, o Recurso Extraordinário foi distribuído no STF, sem a devida observância e anotação de prevenção da Segunda Turma em razão do julgamento dos processos HC 99746, HC 104413, RHC 118268, dentre outros, e restou desprovido monocraticamente pelo STF, sendo interpostos outros recursos, os quais também restaram desprovidos.

O entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal é "no sentido de que apenas as decisões que impõem ou mantêm o mérito de condenações são passíveis de revisão criminal, afastando-se, por consequência, tal possibilidade nos casos em que a decisão impugnada, correta ou incorretamente, se limita a explicitar a inadmissão de recursos. É que tais pronunciamentos são despidos de efeito substitutivo, de modo que o édito condenatório, em tais casos, deriva precisamente da decisão de mérito anteriormente proferida".

(STF - RvC: 5484 DF - DISTRITO FEDERAL, Relator: Min. EDSON FACHIN, Data de Julgamento: 04/06/2019, Data de Publicação: DJe- 122 07/06/2019).

Assim, no caso dos autos, como bem destacado pelo revisionando, "nem o Superior Tribunal de Justiça e tampouco o Supremo Tribunal Federal fizeram qualquer incursão sobre os temas legais ora apresentados, apesar da insistência da defesa, portanto o acórdão a ser rescindido é exatamente o proferido no julgamento do recurso de apelação pelo egrégio TJRR". (EP01, FL. 08), pois, apesar de interpostos os recursos, tiveram seguimento negado por óbice nos enunciados das súmulas 07, 211 do STJ e 284 do STF.

Pois bem. Em sede revisional, traz o requerente os seguintes argumentos:

- 1. Nulidade da condenação criminal em face das supostas vítimas N.*
- 3. e C. da S. L, proferida contra a evidência dos autos, notadamente no que se refere ao comprovado error aetatis e consequente ofensa direta ao texto do artigo 20, § 1º, do Código Penal;*
- 2. Nulidade do acórdão do TJRR na fixação das penas mediante a aplicação do critério de concurso material em relação a vítimas distintas, ante o quadro evidente de continuidade delitiva, com ofensa direta ao texto do artigo 71 do Código Penal e artigo 5º, XLVI, da Constituição Federal;*
- 3. Nulidade do acórdão do TJRR no que se refere à fixação das penas-bases com ofensa direta ao texto do artigo 59 do Código Penal e artigo 5º, XLVI, da Constituição Federal".*

Quanto ao primeiro argumento de ocorrência de

decreto condenatório contrário ao artigo 621, I, 2a parte do CPP de que a condenação criminal, em face das supostas vítimas N. J. e C. da S. L. de contraria a evidência dos autos, sob o argumento de error aetatis, o pedido revisional não merece procedência. Isso porque, entende-se contrária à evidência dos autos, aquela sentença/decisão que condena o réu sem nenhuma prova ou com base em elementos nos quais não se possa conferir o mínimo de razoabilidade. Contudo, constata-se que as provas constantes nos autos originários foram devidamente apreciadas na sentença, não havendo falar em contradição à evidência nos autos.

Da análise dos autos e à vista das alegações do recorrente, verificasse que o alegado erro de idade consiste não propriamente em erro na idade real da vítima, mas em erro quanto à idade em função de informação que teria passado a vítima em oitivas de que teria usado documento de pessoa de maior idade em outras ocasiões; que tinham quase 14 anos à época dos fatos; que o porte físico aparentava mais idade e pela suposta vida sexual pregressa das vítimas.

Todavia, tal argumento, não é capaz de representar o requisito exigido em lei, artigo 621, I, parte final do CPP, a uma, por não estar diretamente relacionado ao réu. A duas, porque, do que dos autos consta (documentos, fotos, depoimentos), a vítima N. 3, à época dos fatos, tinha compleição física de uma pessoa menor de 14 anos, ou seja, qualquer pessoa avistaria que se tratava de uma pessoa menor de 14 anos.

Com relação à vítima C. da S. L., também não representam o requisito exigido em lei, artigo 621, I, parte final do CPP, a uma por não estar diretamente relacionado ao réu, como dito para a primeira vítima. A duas porque, do que dos autos consta também (documentos, fotos, depoimentos), a vítima, à época dos fatos, tinha compleição física de uma pessoa menor de 14 anos, vide imagens das vítimas acostadas nos Eps. 36.67 e 36.83 incluídas na sentença pelo juízo sentenciante.

Acrescente-se, ademais que a alegação de que as vítimas menores "aquiessceram livremente à prostituição que relataram participar e tinham plena consciência do que faziam" não é capaz de relativizar a violência, com o objetivo de excluir a ilicitude do delito.

[...]

Dessa forma, o alegado erro de tipo trazido pelo requerente é desarmônico com os demais elementos de prova constituídos nos autos, motivo pelo qual o pedido é improcedente.

Quanto ao segundo pedido de aplicação da continuidade delitiva às duas pretensas vítimas, o pedido deve ser julgado improcedente.

Isso porque, ao contrário do alegado pela defesa, o entendimento predominante na jurisprudência, à época da prolação da sentença, em especial no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça, era de inadmitir o crime continuado entre os delitos praticados contra vítimas diferentes, conforme julgados.

[...]

Assim, a mudança de orientação jurisprudencial não é fundamento idôneo para a propositura de revisão criminal, se a aplicação do direito dada ao julgado que o recorrente pretende rescindir estava em consonância com a jurisprudência dominante à época do julgamento.

[...]

Assim sendo, o pedido também deve ser julgado improcedente.

Por fim, quanto à alegação de nulidade do acórdão no que se refere à fixação das penas-bases, com ofensa direta ao artigo 59 do Código Penal, o pedido também deve ser julgado improcedente.

Isso porque, embora seja possível rever a dosimetria da pena em revisão criminal, a utilização do pleito revisional é prática excepcional, somente justificada quando houver contrariedade ao texto expresso da lei ou à evidência dos autos, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (AgRg no AREsp n.

734.052/MS, Quinta Turma, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 16/12/2015).

Assim, a finalidade da ação revisional é a de corrigir erros judiciais, não se prestando para rediscussão de mero reexame de matéria apreciada em outras instâncias.

[...]

No caso analisado, verifica-se que na sentença condenatória o magistrado, analisando as circunstâncias judiciais, nos termos dos artigos 59 e 68 do CP, formou um juízo de censura sobre o autor e sobre o crime cometido, analisou separadamente cada uma das circunstâncias legais e exasperou os limites legais da pena-base, ao reconhecer como circunstâncias desfavoráveis ao réu: a culpabilidade, os motivos, as circunstâncias e consequências do crime de 06(seis) para 07(sete) anos e 03 (três) meses para cada vítima.

Em sede de Apelação Criminal, julgada pela Colenda Câmara Criminal desta Corte, em minucioso voto, o Relator, Juiz Convocado Erick Linhares, manteve a análise das circunstâncias judicial e a condenação por estupro, previsto no artigo 213, c/c o artigo 224, "a" em relação às vítimas C.DA S. L (por uma vez) e N.J.R (por três vezes), e proveu parcialmente o recurso para afastar a causa de aumento previsto no artigo 90 da Lei dos Crimes Hediondos, mantendo a condenação final em 15 (quinze) anos, 11 (onze)

meses e 12 (doze) dias de reclusão.

Embora alegue a defesa questão teratológica, aduzindo que "muito embora o v. acórdão revisando tenha destacado que "não poderiam ter sido consideradas desabonadoras a personalidade do agente, os motivos do crime e **as consequências do crime**," de forma contraditória, manteve a valoração negativa das alegadas consequência à vítima, digo eu, tal contradição não se verifica.

Isso porque, o que o revisor fez foi evidenciar que as consequências penais não deveriam ser consideradas, mas, ao evidenciar a fala do revisor, o relator, logo em seguida, utilizou a conjunção **"TODAVIA"** para evidenciar sua oposição/contrariedade quanto ao fundamento do revisor e manter a negatificação das consequências extrapenais do crime, tal como definido pelo juízo de primeiro grau, vejamos:

(...)

"sopesando as mesmas circunstancias já analisadas na instância primeva, mantenho, por entender como necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, a pena base em 07 (sete) anos e 03 (três) meses de reclusão.

Incorpo, neste ponto, as ponderadas observações feitas na Sessão de Julgamento pelo Des. Mauro Campello, Revisor:

"Em relação à valoração das circunstancias judiciais, entendo que não poderiam ter sido consideradas desabonadoras a personalidade do agente, os motivos do crime e as consequências do crime. (...) Todavia, atento às circunstancias previstas no §2º do art. 33 e do art. 59, ambos do Código Penal, avalio que o alto grau de culpabilidade do agente, as consequências à vítima e as circunstancias do crime, justificam a manutenção da pena base no patamar fixado na sentença (...) por cada um dos crimes".

(...)

Desse modo, verifico que não houve violação ao princípio da fundamentação, previsto no art. 93, IX da CF, nem violação aos princípios da individualização da pena do réu e do devido processo legal, previstos no artigo 5º, LIV, da CF, uma vez que o julgador analisou com acuidade os elementos constitutivos dos autos, observou e sopesou todas as circunstancias judiciais, e aplicou de forma fundamentada com a proporcionalidade necessária e suficiente à reprovação do crime.

Destarte, não há falar em redução das penas-bases

ao mínimo legal, pois a exasperação ocorreu dentro dos limites legais, com o reconhecimento de quatro circunstancias judiciais desfavoráveis, o que justificou a elevação da pena, não havendo erro técnico ou de injustiça a ser declarado.

[...]

No que tange à culpabilidade, alega a defesa que o argumento "...dolo intenso..." é imprestável, já que a afirmação não veio acompanhada de base empírica.

Todavia, de fato, em uma leitura apressada, nos parece que o magistrado incorreu em ligeiro equívoco ao mencionar as palavras "dolo intenso" na análise da Culpabilidade.

Da análise da fundamentação da vetorial circunstância, verifica-se que o magistrado utilizou-se da expressão "dolo intenso" no sentido de aferir a gradação da culpabilidade do réu no contexto em que os crimes foram cometidos, dimensionando o grau de intensidade da reprovação social ao crime praticado.

Ademais, as circunstâncias previstas no artigo 59 do Código Penal são denominadas judiciais, exatamente por serem de apreciação exclusiva e reservada do julgador, o qual avaliará e sopesará cada uma delas usando seu poder discricionário e definirá se serão favoráveis ou desfavoráveis ao réu, e, de maneira fundamentada, fixará a pena base exasperando-a quando houver o reconhecimento de circunstancias desfavoráveis ao réu.

Desse modo, não há falar em violação do art. 93, inciso IX, da Constituição da República, pois a jurisdição foi prestada, no caso em exame, mediante decisão suficientemente motivada, não obstante contrária à pretensão do ora revisionando, tendo o Tribunal, como se observa do acórdão proferido, justificado suas razões de decidir.

Ressalte-se que, "por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório" (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência